

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

- 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - CURADORIA DO MEIO AMBIENTE.
- INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIG ) Nº 06.2019.00001105-0.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Raul de Araujo Santos Neto, titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José – Curadoria do Meio Ambiente, e de outro lado **LUIZ CARLOS CARDOSO**, brasileiro, casado, motorista de táxi, RG nº 707114/0 e CPF nº 298.435.029-49, com endereço na Rua Avenida Brasil, nº 688, Bela Vista I, São José/SC, doravante denominado compromissário, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85 (Lei da Ação Civil Pública), e **CONSIDERANDO**:

- As funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Nacional (nº 8.625/85) e Estadual (nº 197/2000), bem como a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos (arts. 127 e 129, II e III, da Constituição Federal de 1988), entre eles o meio ambiente;

- O direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, o que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, consoante dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

- O princípio do poluidor-pagador previsto na Lei nº 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), que visa "à imposição ao poluidor e ao predador" da obrigação de recuperar e/ou

indenizar os danos causados ao meio ambiente;

- Que o Assento nº 1/2013/CSMP, arts. 4º e 5º, estabelece que a reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano *in natura*, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano *in natura*, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano *in natura*, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação *in natura* por indenização pecuniária. E que, não havendo a possibilidade de reparação por meio das medidas indicadas no artigo anterior ou não sendo elas suficientes para assegurar o resultado prático equivalente ao adimplemento total das obrigações, poderão ser estabelecidas medidas de compensação mitigatórias;

- Os termos da Recomendação nº 54, do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe que sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade (art 1º, § 2º);

- O que restou averiguado no **Inquérito Civil Público nº 06.2019.00001105-0**, cujos documentos coligidos dão conta que o compromissário realizou atividade de terraplanagem (aterro) em área de preservação permanente e canalização de curso d'água em terreno localizado na Rua João José Martins, s/nº, Potecas, Município de São José, sem qualquer tipo de autorização ambiental;

- O apurado por vistoria realizada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FMADS), onde é informado que não existia vegetação arbórea no local antes do aterramento, mas que a colocação do aterro impediria a regeneração natural do local (fl. 06);

- A situação do compromissário que é pessoa simples e de situação financeira precária, sem o devido conhecimento acerca da situação que estava sendo realizada, e também, a intenção do compromissário em reparar qualquer dano que haja ocorrido em razão da atividade desenvolvida no local;

- Que as eventuais infrações penais são independentes e serão averiguadas em separado;

**RESOLVEM** celebrar o presente **Compromisso de Ajustamento de Conduta**, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24.07.85, nos seguintes **TERMOS**:

**DAS OBRIGAÇÕES:**

**Cláusula 1ª** - O compromissário **Luiz Carlos Cardoso**, assume os seguintes compromissos, consistentes em obrigações de fazer:

a) Promover a retirada das anilhas de concreto utilizadas na canalização de um trecho de aproximadamente 35 metros, no prazo de 30 (trinta) dias;

b) A regularização da calha do córrego, buscando realizar a melhoria na condição natural no fluxo das águas, eliminando as curvaturas abruptas instaladas no local, no prazo de 30 (trinta) dias;

c) Realizar a conformação dos taludes, com a remoção de sólidos grosseiros compostos por rochas, fragmentos de pavimento e demais resíduos presentes no aterro, com a revegetação das áreas com inclinação, utilizando-se grama em leiva e a semeadura de grama nos pontos de solo exposto com pouca inclinação, no prazo de 60 (sessenta) dias;

d) Efetuar o plantio de 40 (quarenta) mudas de espécies arbóreas nativas ao longo do córrego, que deverão ser obtidas a suas expensas (do compromissário), com o plantio em espaçamento de 2 metros em covas adubadas, que deverão ser protegidas e contarem com placas indicativas da espécie, zelando para eventual substituição das mudas em caso de não germinação ou evolução do crescimento, no prazo de 60 (sessenta) dias;

e) Apresentar material fotográfico, com pelo menos 10 (dez) fotografias (datadas), para atestar o atendimento dos itens acima, nos prazos especificados em cada item.

**Cláusula 2ª** - Por fim, como medida pecuniária compensatória, o compromissário **Luiz Carlos Cardoso**, se compromete, também, a recolher a quantia de R\$ 800,00 (Oitocentos reais), em favor do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados de Santa Catarina, mediante guias de recolhimento obtidas junto a 10ª Promotoria de Justiça

de São José, montante a ser adimplido em 4 (quatro) parcelas de R\$ 200,00 (Duzentos Reais).

**Cláusula 3ª** - O compromissário **Luiz Carlos Cardoso** assume ainda o compromisso de obter o licenciamento/autorização ambiental através do Órgão responsável para qualquer atividade/intervenção que, doravante, pretenda executar no local.

**Cláusula 4ª** - O **Ministério Público Estadual**, pelo Promotor de Justiça signatário, se compromete a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, se cumpridos todos os itens ora ajustados, nos prazos estabelecidos.

#### **DA FISCALIZAÇÃO:**

**Cláusula 5ª** - Ainda, deverá apresentar relatório fotográfico de acompanhamento da revegetação subscrito por técnico com ART, no período final de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovação da evolução da reconstituição da vegetação nativa nos locais antes referidos, demonstrando a situação das áreas recuperadas.

#### **DA MULTA:**

**Cláusula 6ª** - O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou das obrigações estabelecidas no presente, implicará no pagamento, pelo compromissário, de multa pecuniária no valor de R\$ 100,00 (cem reais), para cada mês de atraso, a ser recolhida em favor do Fundo para Recuperação dos Bens Lesados de Santa Catarina.

#### **DA EXECUÇÃO:**

**Cláusula 7ª** - Na hipótese de não cumprimento pelo compromissário, de quaisquer das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta, além da responsabilidade pessoal e da multa pecuniária prevista na cláusula anterior (6ª), o **Ministério Público Estadual** promoverá a execução judicial, total ou parcialmente, e, ainda, facultativamente, o ingresso de ação civil pública.

**DA VIGÊNCIA:**

**Cláusula 8ª** - O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura, da qual será contados todos os prazos acima estipulados.

**8.1** – Os prazos acima fixados (cláusulas 1ª e 5ª) poderão ser eventualmente prorrogados a pedido do compromissário, independentemente de Termo Aditivo, desde que apresentada justificativa razoável para o atraso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em duas (02) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85.

São José, 02 de abril de 2019.

**Raul de Araujo Santos Neto**  
Promotor de Justiça  
Curadoria do Meio Ambiente

**Luiz Carlos Cardoso**  
Compromissário

**TESTEMUNHAS:**

**Fernanda de Medeiros Pagani Luz**  
RG nº 4.151.184

**Thays C. Varela Schumacher**  
RG nº 5.091.800